

AS IMPLICAÇÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE APÓS A REFORMA DO NOVO ENSINO MÉDIO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA NO PROGRAMA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA - SOCIOLOGIA/UFPB

Luiz Trajano de Abreu Júnior¹

RESUMO: A pesquisa ilumina o entrelaçamento entre políticas públicas, trabalho e educação a partir de uma abordagem autoetnográfica. O objetivo foi compreender como a reforma do Novo Ensino Médio (NEM) se desdobra em práticas e seus impactos nas formas de trabalho docente de professores(as) da disciplina de Sociologia de uma escola de ensino integral na Paraíba. Uma vez que o pesquisador era residente na escola-campo ECITE Daura Santiago Rangel pelo Programa Residência Pedagógica (PRP), política pública para estudantes do curso de licenciatura terem contato com o ambiente escolar, a pesquisa foi desenvolvida adotando uma perspectiva antropológica. A pesquisa explora o campo das políticas públicas, examinando como os aspectos institucionais, sociais e culturais contribuem para a (re)construção do modo de trabalho docente. A autoetnografia é utilizada como orientação teórico-metodológica principal, proporcionando um olhar reflexivo e crítico sobre as experiências pessoais no PRP, conectando essas vivências ao contexto de reforma do NEM e seus impactos nas formas de trabalho docente de professores(as) da disciplina de Sociologia. Em resumo, os dados evidenciam o papel da reforma enquanto uma ferramenta da burguesia de controle do que é importante ser estudado; e mostra a sua relevância e poder de mudar o trabalho docente, ao diminuir a carga horária. Isso pode ser interpretado como um projeto político para que questões não hegemônicas dessa ciência cheguem aos estudantes.

Palavras-chave: Programa Residência Pedagógica, Paraíba, autoetnografia, trabalho docente; reforma do Novo Ensino Médio.

Noções introdutórias e contextualização

A pesquisa ilumina o entrelaçamento entre políticas públicas, trabalho e educação a partir de uma abordagem autoetnográfica. É fruto da participação do pesquisador no Programa Residência Pedagógica (PRP) - Sociologia (2022-2024), na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e baseia-se em investigações e análises motivadas pela inserção, observação e experiência no Programa.

O PRP é uma política pública importante, com o objetivo de contribuir para a formação teórico-prática nos cursos de licenciatura; é uma forma de introduzir a pesquisa inicial de licenciados(as) por meio da sala de aula. Esta pesquisa é baseada na edição do PRP na UFPB, do ano de 2022 até 2024. Seu *locus* foi a ECITE “Daura Santiago Rangel”, uma das duas escolas-campo do programa, que pertence ao quadro de escolas da Secretaria de Estado da Educação – SEE/PB, ligada a 1ª Gerência Regional de Ensino; localizada na cidade de João Pessoa, na Paraíba, no bairro do José Américo, Rua Benício de Oliveira Lima, s/n.

Assim, enquanto residente do núcleo Sociologia da UFPB, vislumbrei a possibilidade de investigar como esta política pública possibilitou a percepção das implicações da reforma do Novo Ensino Médio (NEM) sobre o trabalho docente, haja vista que a escola-campo é integral.

A autoetnografia foi utilizada como orientação teórico-metodológica principal, proporcionando um olhar reflexivo e crítico sobre as experiências pessoais no PRP, conectando essas vivências a teorias sobre identidade, trabalho e formação docente. Entendo autoetnografia como um exercício de, em vez de falar sobre o(a) outro(a), falar com o(a) outro(a), por meio de uma escrita polifônica.²

Autores(as) e pesquisadores(as), bem como professores(as) e intelectuais da educação, questionam a reforma do NEM pelo seu contexto de criação e sua eficácia. Houve críticas relacionadas à BNCC³⁴⁵⁶, ao caráter negativo, às

2 VERSIANI, D. B. Autoetnografia: uma alternativa conceitual. **Letras de hoje**, v. 37, n. 4, 2002.

3 SILVA, M. R. da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educação em revista**, v. 34, p. e214130, 2018.

4 ESQUINSANI, R. S. S.; SOBRINHO, S. C. O retrocesso da reforma do ensino médio, a BNCC, o neoliberalismo educacional e a marginalização dos Institutos Federais-IFs. **Revista Inter-Ação**, v. 45, n. 1, p. 151-168, 2020.

5 OSTERMANN, F.; SANTOS, F. R. V. dos. BNCC, Reforma do Ensino Médio e BNC-Formação: um pacote privatista, utilitarista minimalista que precisa ser revogado. **Caderno brasileiro de ensino de física**. Florianópolis. v. 38, n. 3 (dez. 2021), p. 1381-1387, 2021.

6 MACHADO, A. K. et al. Educação, emancipação e transformação social: novos impasses impostos pela BNCC e pela reforma do novo ensino médio. *Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa*, v. 6, n. 3, p. 698-709, 2024.

A articulação e esforço pelo governo Temer de pôr a reforma em discussão, foram acelerados no governo de Bolsonaro; já o novo governo federal, de Lula, trouxe mudanças ao NEM, como o resgate de uma carga horária mínima e a obrigatoriedade do ensino de Sociologia, bem como de outras disciplinas.¹³ E fica a dúvida: o NEM é algo que precisa ainda ser debatido e editado ou dadas as pesquisas feitas, a revogação é chave?

Uma pesquisa científica é “(...) uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudo”¹⁴. Ou seja, a produção de investigação científica sobre o tema pode lançar luz em debates importantes e tentar responder a questão acima.

O artigo aborda a possibilidade de investigação sobre o trabalho docente após a reforma do NEM, fazendo isso em discussão com a bibliografia produzida sobre o assunto.

O Programa Residência Pedagógica e as implicações sobre o trabalho docente após a reforma do Novo Ensino Médio

O PRP foi uma política pública importante para a formação teórico-prá-

7 DOS REIS, L. N. G.; MARTINS, M. T.; ROSA, D. A. Educação Ambiental frente a reforma do Ensino Médio no Brasil. Periódico Eletrônico Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 13, n. 2, 2017.

8 OLIVEIRA, A.; BINSFELD, W.; TRINDADE, T. A reforma do ensino médio e suas consequências: o que pensam os professores de Sociologia? Revista Espaço do Currículo, v. 11, n. 2, 2018.

9 NETO, D. R. S. L. Afinal, para onde caminha o Ensino de Geografia no contexto de reforma do Ensino Médio e implantação da BNCC? Terra Livre, v. 1, n. 56, p. 370-397, 2021.

10 RODRIGUES, N. F.; FERREIRA, S. M. L. As implicações da reforma do novo ensino médio na prática e na formação docente em filosofia. Filosofia e Educação, v. 13, n. 1, p. 2020-2055, 2021.

11 SELLES, S. L. E.; DE OLIVEIRA, A. C. P. Ameaças à disciplina escolar biologia no “Novo” Ensino Médio (NEM): atravessamentos entre BNCC e BNC-Formação. Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências, p. e40802-34, 2022.

12 SILVA, A. R. da et al. O lugar da sociologia no currículo diante da reforma do novo ensino médio: uma análise a partir da proposta curricular de Pernambuco. 2024. Artigo Científico apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, Câmpus Trindade – Goiás, como requisito à obtenção do título de Especialista em Educação e Trabalho Docente.

13 ABREU JÚNIOR, L. T. de. Transposição didática: a experiência no Programa Residência Pedagógica – Sociologia na formação dos(as) licenciandos(as) de Ciências Sociais na UFPB. 2024. 101 f. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024.

14 BASTOS, C. L.; KELLER, V. Aprendendo a aprender. Petrópolis: Vozes, 1995.

tica dos(as) licenciandos(as). Há várias pesquisas que apontam como essa política pública foi importante para a profissionalização docente de estudantes do curso de Física¹⁵; a possibilidade de uma formação científica por meio de projetos de pesquisa visando “(...) articular diferentes contextos de socialização profissional: a escola, a universidade e outros espaços culturais (...)”¹⁶; o desenvolvimento uma formação comprometida com a humanização e a emancipação¹⁷.

Além disso, há o papel enriquecedor do PRP para a formação pedagógica¹⁸; a aproximação da docência em biologia¹⁹; ajudou a formação inicial de professores(as) de Ciências Biológicas²⁰; e na formação de professores(as) de pedagogia da UFCG²¹; para professores(as) do campo²²; para a formação de pedagogos(as)²³; desenvolvimento de um Conhecimento Profissional Docente (CPD) dentro dos programas PIBID e PRP²⁴; uma formação docente estruturada²⁵; a transposição didática do conteúdo de Sociologia, iluminado a questão

15 COELHO, G. Residência pedagógica, ensino por investigação e a profissionalização de professores de física de uma universidade pública federal. *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 25, p. 173-186, 2020.

16 FELIPE, E. S. et al. Aprendendo a ser professor: as contribuições do programa Residência Pedagógica. *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 25, p. 81-94, 2020.

17 SILVA, K. A. P. C. C. Residência pedagógica: uma discussão epistemológica. *Formação Docente–Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, v. 12, n. 25, p. 109-122, 2020.

18 FERREIRA, P. C. C.; SIQUEIRA, M. C. Da S. Residência pedagógica: um instrumento enriquecedor no processo de formação docente. *Revista Práticas de linguagem*, v. 10, n. 1, 2020.

19 JÚNIOR, L. P. R.; CARDOSO, M. G. R. O Programa Residência Pedagógica e a aproximação com a docência em biologia: vivências, desafios e possibilidades. *Revista da Faculdade de Educação*, v. 34, n. 2, p. 101-120, 2020.

20 MOREIRA, T. B.; LEITE, R. C. M.; DE SOUSA MOURA, F. N. Os contributos da residência pedagógica para a formação inicial de professores de Ciências Biológicas: o estado da questão. *Research, Society and Development*, v. 9, n. 7, p. e207974057-e207974057, 2020.

21 BRAGA, F. N. D. et al. A importância do Programa Residência Pedagógica para a formação de professores de pedagogia-CFP-UFCG: vivências e perspectivas. 2021.

22 DE SOUZA RIBEIRO, A. P. G.; CAVALCANTI, Á. L. L. A. Caminhos da docência: a importância do Programa Residência Pedagógica para a formação do professor do campo. *Epistemologia e Práxis Educativa-EPEduc*, v. 4, n. 2, 2021.

23 FARENCENA, F. S.; MÜLLER, A. E.; CECCHIN, A. F. A residência pedagógica e sua importância para a formação de pedagogos: relato de uma experiência. *Anais do Seminário Nacional de Formação de Professores*, v. 1, n. 3, 2022.

24 FERREIRA, J. da S.; SOUZA NETO, S. de; BATISTA, P. M. F. Desenvolvimento do conhecimento profissional docente no seio de práticas colaborativas: um estudo no contexto de um programa de formação de professores. **Movimento**, v. 28, 2023.

25 AMORIM, R. M. de A.; MARSICO, J. Formação docente na UFRJ: parcerias e trajetórias nos Programas PIBID e Residência Pedagógica. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, 2024.

26 CIDRÃO, G. G. et al. Uma relação entre a didática profissional e o programa da residência

da carga horária dessa disciplina²⁷.

Enquanto vivenciava a escola-campo, e por ser um licenciando, pude compreender os efeitos da reforma do NEM. Ela ampliou disciplinas da área das Humanidades, ocorreu ou ataques a temas centrais das áreas de conhecimento ou redução da carga horária. No caso da Sociologia, grupos cristãos conservadores se articularam para retirar menções ao gênero da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para o Ensino Fundamental²⁸, mesmo que o assunto não fosse deixado de lado nas discussões e sofresse uma disputa de narrativa.

O Movimento Escola Sem Partido (MESP) é um exemplo prático dessa disputa de narrativa, pois afetou o trabalho docente. Surgindo no Brasil em 2004, através da iniciativa do então procurador do Estado de São Paulo, Miguel Nagib, foi uma reação a um suposto fenômeno de influência partidária e eleitoral na sala de aula. Nagib, afirmava que educadores(as) disseminavam uma propaganda partidária de esquerda na sala de aula ao abordar questões de cunho social, como direitos humanos, discussões sobre gênero, sexualidade e religião. O MESP tinha demandas quanto à BNCC²⁹, e com o apoio de setores conservadores representados por deputados(as), criticam o que entendiam como “elementos da ‘doutrinação da esquerda’ na educação”, isso seriam as questões de gênero e sexualidade, debates sobre direitos da comunidade LGBTQIAP+ e também temas políticos e religiosos não hegemônicos. Ou seja, BNCC dialoga com a ideologia neoliberal.³⁰

Assim, a reforma do NEM foi uma articulação política visando uma agenda mais conservadora, atingindo o trabalho docente.

Uma das principais implicações está na redução da carga horária destinada às disciplinas tradicionais, como Sociologia, História, Filosofia e Geografia; enquanto disciplinas como Projeto de Vida (PV) recebem maior alocação de tempo. No contexto da Paraíba, por exemplo, PV chegou a ter duas horas-aula semanais, frequentemente ocupadas com atividades superficiais e sem conexão direta com os objetivos das Humanidades. Muitos(as) estudantes relataram desinteresse e frustração, pois consideravam o conteúdo repetitivo ou de pouco impacto prático, querendo mais conteúdo ligado ao Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Ademais, discussões realizadas nessas disciplinas pode-

pedagógica: possíveis aproximações entre uma teoria profissional e um programa de formação inicial destinado a professores. REPPE-Revista de Produtos Educacionais e Pesquisas em Ensino, v. 8, n. 2, p. 2177-2193, 2024.

27 DANTAS, H. B. S.; DANTAS, A. B. C.; MARIANO, J. Sociologia em 30 minutos: adaptando primeiras experiências ao ensino remoto. Cadernos de Estágio, v. 6, n. 1, 2024.

28 MOURA, F. P. de. Conservadorismo cristão e perseguição aos estudos de gênero: a quarta versão da BNCC. Communitas, v. 2, n. esp., p. 47-63, 2018.

29 LEMOS, C.; DELLA FONTE, S. S. Traduções das disputas sobre a questão de gênero na bncc. Revista Espaço do Currículo, v. 16, n. 1, p. 1-22, 2023.

30 LEITE, V. S. M.; MEIRELLES, R. M. S. de. Perspectivas curriculares sobre a temática gênero e sexualidade no ensino de ciências e biologia: controvérsias no PCN e na BNCC? **Revista Teias**, v. 22, n. esp., p. 28-47, 2021.

riam, com mais profundidade, ser abordadas dentro do escopo da Sociologia, que já possui embasamento teórico para tratar questões como identidade, escolha profissional e cidadania.

Para os(as) professores(as) da área das Humanidades, a reforma implica uma crescente necessidade de se adaptar a novas demandas administrativas e pedagógicas. Além de lecionar suas disciplinas de formação, muitos(as) docentes se veem obrigados(as) a assumir “matérias” complementares, como PV e Estudo Orientado, para completar sua carga horária mínima. Isso não apenas desvaloriza o trabalho especializado dos(as) professores(as) de Humanidades, mas também compromete o planejamento e a execução de práticas pedagógicas consistentes.

Outro ponto crítico é a fragmentação do currículo. A reforma do NEM, ao priorizar itinerários formativos e flexibilização, desarticula a formação integral dos(as) estudantes. Ao reduzir o espaço das disciplinas que promovem a reflexão crítica e o pensamento analítico, o modelo curricular enfraquece a capacidade dos(as) alunos(as) de compreenderem as estruturas sociais, políticas e culturais que os(as) atravessam. Isso pode levar a uma formação mais técnica e menos humanística, distanciando a escola de seu papel transformador.

A problemática apontada não é restrita ao que experienciei na Paraíba. Estudos mostram que essas críticas se repetem em outras regiões, revelando um padrão de desvalorização das Ciências Humanas em nível nacional.³¹ Esses trabalhos apontam que a redução das horas-aula e a introdução de disciplinas como PV, além de limitar a atuação docente, desconsideram o potencial das Ciências Sociais e afins para promover uma formação cidadã.

Portanto, as implicações do NEM para o trabalho docente são profundas e multifacetadas. Elas incluem a desvalorização das disciplinas de Humanidades, o aumento das responsabilidades burocráticas, a fragmentação do currículo e a diminuição do espaço para o desenvolvimento do pensamento crítico. Esse cenário reforça a necessidade de revisões no modelo atual e de políticas educacionais que valorizem a formação integral dos(as) estudantes e o papel central dos(as) professores(as) como agentes de emancipação.

Considerações finais

Em resumo, conclui-se que o PRP promove uma integração da teoria e da prática, uma formação investigativa ao(a) futuro(a) professor(a), uma vez que o contato com a realidade escolar faz com que o(a) licenciado(a) possa experimentar e investigar aspectos da reforma, por meio da inserção e observação participante na escola-campo.

31 DE LARA JAKIMIU, V. C. Projeto de vida no currículo do ensino médio: a educação a serviço da Pedagogia do Mercado. Revista Cocar, v. 17, n. 35, 2022.

E, ainda, foi possível compreender o contexto político da reforma do NEM, marcado por heranças políticas neoliberais que vêm se articulando desde o golpe de 2016. Seu auge aconteceu no governo Bolsonaro, junto a setores conservadores que colocaram em marcha a agenda liberal no âmbito da educação. Mesmo com as alterações no governo Lula – e uma vez que não há chance de revogação – resta a dificuldade de superar o legado anti-educação.

Outrossim, foi entendido como as implicações do NEM sobre o trabalho docente são profundas e multifacetadas. Elas incluem a desvalorização das disciplinas de Humanidades, a fragmentação do currículo e a diminuição do espaço destinado ao desenvolvimento do pensamento crítico. Essas mudanças comprometem a formação ampla e reflexiva dos(as) estudantes, afastando a escola de seu papel como promotora de cidadania e transformação social. Esse cenário reforça a urgência de revisões no modelo atual, bem como a necessidade de políticas educacionais que não apenas reconheçam, mas também valorizem a formação integral dos(as) estudantes e o papel central dos(as) professores(as) como agentes de emancipação e mudança social.

Ou seja, há o agravamento de consequências negativas enquanto a reforma do NEM permanece em vigor, impactando diretamente os(as) docentes, a educação e a sociedade. A diluição de conhecimentos culturais, filosóficos e sociológicos, promovida pela redução de espaço para as Humanidades, contribui para a formação de uma população menos crítica e menos consciente de suas realidades sociais e históricas. Esse cenário favorece o fortalecimento de governos políticos centralizados em narrativas negacionistas, que se apoiam na desinformação para legitimar suas práticas autoritárias.

Portanto, os impactos do NEM vão além do ambiente escolar, alcançando o cerne das estruturas sociais e políticas, exigindo um debate urgente e ações concretas para reverter esses danos.